

A ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DOS TRABALHADORES E A CONFORMAÇÃO DA TRADIÇÃO LIBERTÁRIA

Alexandre Samis*

Resumo:

Nesse texto, o autor analisa a formação e consolidação da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT), chamada posteriormente de Primeira Internacional, e da matriz libertária do socialismo. Com uma análise minuciosa das atas e minutas congressuais da AIT, sempre relacionado-as ao contexto de seu tempo, ele elucida a composição de forças, estratégias e tendências políticas dessa associação. Num trabalho de reconstituição dos fios históricos que conformaram a tradição libertária, o autor discute as principais polêmicas congressuais abordando, além dos primeiros congressos, as resoluções e conflitos internos do Congresso da Basileia (1869), da Conferência de Londres (1871) e por fim, a formação em Saint-Imier da Internacional Anti-autoritária (1872), que pode ser vista, do ponto de vista simbólico, como o ponto o marco definitivo da conformação da tradição libertária. Longe de reduzir a formação da tendência libertária e da própria Internacional, tratando-os como produto de uma doutrina sem relação com as questões da classe trabalhadora, o autor evidencia que as posições ideológicas e políticas dessa associação ligam-se diretamente a uma experiência de classe.

*** Alexandre Samis é doutor pela Universidade Federal Fluminense do Rio de Janeiro e membro do Núcleo de Pesquisa Marques da Costa.**

* * *

No dia 19 de julho de 1862, 183 operários franceses investidos de representações classistas atravessam o Canal da Mancha em direção a Londres. O objetivo de tal incursão dizia respeito ao cumprimento de um protocolo a partir do qual ficava a cargo dos operários redigir laudos técnicos relativos ao maquinário exibido na Exposição Universal. Um propósito que, muito além do planejado, acabaria por facultar aos franceses um primeiro contato amistoso com os trabalhadores filiados às *trade-unions* inglesas. Como conseqüência desse evento, no dia 5 de agosto, cerca de 250 operários ingleses, em uma grande festa, insistiriam na importância de estreitar as relações entre os operários de todos os países. Os franceses, por sua parte, sugeriram a formação de comitês de correspondência para a troca de informações sobre as diferentes realidades com vistas à elaboração de projetos em comum.

No caso inglês, as *trade-unions* haviam crescido muito após 1843, na mesma proporção do avanço da industrialização no país. A National Association of United Trade, comemorada por Marx (2004, p. 213) já em 1847, por ter a essa época mais de 80 mil aderentes, possuía um comitê central com amplos poderes. Esse comitê,

chamado de Conselho de Sindicatos de Londres, mais popularmente conhecido por “Junta”, havia se estabelecido por empenho de, entre outros, William Allan, George Odger, Daniel Guile, Edward Coulson e Robert Applegarth.

A visita dos operários franceses em 1862 possibilitou o confronto das duas realidades. As inúmeras evidências possibilitaram a constatação de que o proletariado na França ganhava menos, ainda que trabalhasse mais horas que o inglês. Os ingleses levavam vantagem também nas condições de suas habitações e no valor dos aluguéis. Em resumo, os trabalhadores na Inglaterra ganhavam um salário 30% maior, isso mesmo se consideradas as várias profissões. (Dolléans, 1960, p. 247) Parecia também aos franceses que seus anfitriões eram mais bem organizados.

Em julho de 1863, por ocasião de um protesto organizado pelos trade-unionistas em favor da autonomia da Polônia, novamente os operários franceses se fariam representar. Dessa vez eram apenas seis operários parisienses¹. O novo encontro oportunizou um acordo, sugerido por George Odger, no sentido de se organizarem congressos operários internacionais periódicos com o fito dos operários se colocarem em acordo sobre as formas de luta e objetivos. Postulavam ainda os envolvidos que tal iniciativa deveria ter como fundamental propósito o combate à sociedade dividida em classes e, como tática imediata, impedir que a “mão-de-obra desorganizada” migrasse de um país para o outro a fim de substituir operários em greve. Para tal foram criados então comitês de correspondência.

O desenvolvimento da luta operária e a necessidade de estreitar as relações fez com que, ainda por uma terceira vez, operários franceses atravessassem o canal da Mancha, em setembro de 1864. Uma vez em Londres, reuniram-se em assembléia, no dia 28, com os trade-unionistas no St. Martin’s Hall. Na sua bagagem o operário Tolain havia trazido de Paris a minuta de uma proposta de organização, na qual defendia a fundação de uma associação internacional. O documento, inspirado na tradição francesa contemporânea, era tributário direto das experiências mutualistas, assim como de algumas outras organizações não menos identificadas com esse modelo. O encontro, presidido por Edward Spencer Beesly, um filósofo positivista radical, consagrou o documento trazido pelos franceses. Ele foi prontamente traduzido para o inglês por Le

¹ Entre os quais se encontravam Tolain, Perrachon, Cohadon e Limousin subscritores do “Manifesto dos Sessenta”. (Dolléans, 1960, p. 259)

Lubez² e comemorado pelo trade-unionista Wheeler em tom cordial e bem humorado ao afirmar que

os franceses sempre superam os ingleses, pois enquanto estes últimos enviaram seus escritos pelo correio, os franceses trazem para Londres, por suas próprias mãos, um projeto de organização demonstrando dessa forma, mais uma vez, que o progresso sempre vem da França, ainda que os franceses sejam os mais oprimidos. (apud Guillaume, 1946, p. 6.)

O acordo entre os trabalhadores da recém-fundada Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT) incluía a criação de um Conselho Geral que, entre outras iniciativas, logo que se formou convocou uma comissão para redigir a carta de princípios e o estatuto provisório da nova associação. A execução desta tarefa contava então com a colaboração de Karl Marx; do judeu polonês Louis Wolff, representando os garibaldianos e mazzinianos da London Italian Workingmen's Society; Le Lubez, e os ingleses owenistas-cartistas Cremer e John Weston. O Conselho Geral incluía ainda, além dos membros da comissão já citados, José Fontana, ítalo-suíço, e o alemão Johann Eccarius. Para Marx, a AIT deveria desempenhar o papel fundamental de intermediar os acordos entre as organizações de trabalhadores da Inglaterra, França, Itália e Alemanha (Guillaume, 1946, p. 6).

No que diz respeito à elaboração dos primeiros documentos da entidade, na perspectiva de Marx, a produção destes apresentava alguns problemas, principalmente porque ele, por força de seu débil estado de saúde, faltara às primeiras reuniões da comissão e à segunda do Conselho Geral. Esta circunstância teria, ainda segundo Marx, permitido que Le Lubez apresentasse nos primeiros encontros um documento cuja redação aproximava-se sobremaneira das teses mazzinianas. Era mesmo a defesa de um governo central para as classes operárias da Europa e que teria Mazzini por detrás. Apesar de todas estas incongruências, os eixos principais do documento foram votados pelos membros do grupo e aprovados muitos deles. Eccarius convocou então Marx para interferir mais decisivamente na redação dos documentos e, como resultado, este chamou uma reunião para a sua casa na qual tomaram parte Le Lubez, Cremer e Fontana. O objetivo de tal encontro, como mesmo admitiu Marx, após constatar que “era impossível tirar algo daquela confusão [a proposta de Le Lubez]” era:

² Victor Le Lubez era professor de música, de língua francesa e importante intérprete entre os trabalhadores franceses e ingleses no interior da AIT.

Para justificar a singular maneira com que eu me propunha a “redigir” as inclinações já votadas, escrevi um manifesto às classes operárias, espécie de exame dos fatos e das expressões dos trabalhadores desde 1845. Depois, sob pretexto de que todos os fatos históricos já estavam contidos neste manifesto, e que não podíamos repetir três vezes a mesma coisa, mudei todo o preâmbulo, acabei com a declaração de princípios e finalmente, reduzi para dez, os quarenta artigos dos estatutos. Todas as minhas proposições foram aceitas pela comissão; somente me impuseram, no preâmbulo dos estatutos, a introdução de duas frases sobre os deveres e direitos, sobre a verdade, a moral e a justiça; porém eu coloquei essas frases de tal modo que não pudessem prejudicar o conjunto. (apud Guillaume, 1946, p. 6)

Complementou ainda Marx para justificar sua performance: “é necessário tempo para que o desenvolvimento do movimento permita a antiga franqueza de linguagem. Por enquanto, devemos agir *fortiter in re, suaviter in modo* [forte no ato e suave na forma]”. (apud Guillaume, 1946) O documento resultante do encontro foi um *address*, ou manifesto, publicado em conjunto com os Estatutos Provisórios da AIT, ambos da lavra de Marx.

Objetivando dar conseqüência aos primeiros esforços e à efetivação da existência da própria AIT, o 3º artigo dos Estatutos Provisórios, deliberou sobre a realização de um primeiro congresso, na Bélgica, no ano seguinte. O propósito, frustrado pela recente lei belga que restringia a circulação de estrangeiros, acabou por ser substituído por uma simples conferência, a reunir-se em Londres de 25 a 29 de setembro de 1865. (Guillaume, 1985, p. 3) Participaram deste evento: pela França, Tolain, Édouard Fribourg, Charles Limousin e Eugène Varlin; pela Bélgica, César De Paepe³; pela Suíça, o francês Dupleix e o alemão J.-Ph. Becker.⁴ Os demais foram os ingleses Odger, Cremer, Wheeler, Howell, Weston e outros, além dos estrangeiros residentes em Londres, Dupont, Vésinier, Le Lubez, Hermann Jung, Marx, Eccarius, Wolff, Bobrzinski e outros. Os conferencistas, não apenas se debruçaram novamente sobre os documentos de 1864, como também chamaram um primeiro congresso para o ano seguinte, a realizar-se em Genebra, no dia 3 de setembro.

No mesmo ano da conferência, os estatutos provisórios, que haviam sido impressos pela primeira vez em Londres no mês de novembro de 1864, foram traduzidos para o francês e ganharam sua primeira impressão em janeiro seguinte.

³ O tipógrafo César De Paepe exerceu enorme influência sobre a organização dos trabalhadores na Bélgica. Formado por uma tradição proudhoniana bastante importante no país, foi colaborador dos jornais *La Tribune du Peuple* e do parisiense *La Rive Gauche*, ambos afinados com as idéias do mestre de Besançon. Posteriormente, e de forma mais clara no Congresso de Bruxelas, deslocar-se-ia para o campo coletivista da Internacional. (Droz, 1977, p. 738)

⁴ Becker residia em Genebra desde os revezes da Revolução Alemã de 1849. (Droz, 1977, p. 32)

Os primeiros congressos

A Internacional celebra seu primeiro congresso em setembro de 1866, entre os dias 3 e 8, depois de parte do Conselho Geral ter hesitado sobre a viabilidade de um encontro diante das inúmeras adversidades. Segundo James Guillaume (1985), o *Bureau* de Paris enviou 11 delegados ao Congresso de Genebra (Bourdon, Carmélinat, Chemalé, Cultin, Fribourg, Guirad, Malon, Murat, Perrachon, Tolain e Varlin); Lyon enviou quatro (Baudy, Honoré Richard, Adrien Schettel e Secrétan); Rouen, Emile Aubry, e Neuville-sur-Saône, Baudrand. O congresso foi formado por, além destes 17 delegados da França, cinco membros do Conselho Geral (Odger, Jung, Eccarius, Cremer e Dupont⁵); 20 delegados de 15 seções da Suíça, entre os quais estavam Pierre Coullery, Jules Vuilleumir e Peter (por La Chaux-de-Fonds), James Guillaume (pelo Locle), Adhémar Schwitzguébel (por Sonvillier), Cornaz (por Lausanne), Bocquin (por Montreux), o francês Dupleix, o polonês Card (pseudônimo de Czwierzakiewicz), os alemães Becker e Heidt (por Genebra) e Karl Bürkli (por Zurique e Wetzikon); e ainda três delegados de quatro seções da Alemanha, Moll (por Colônia e Solingen), Muller (por Stuttgart) e Butter (por Magdeburg). Também participaram 15 delegados de 11 sociedades filiadas ao congresso, mas que não pertenciam à Internacional. A presidência do congresso coube a Jung, operário relojoeiro suíço, nascido em Saint-Imier (cantão de Berna), estabelecido em Londres e que falava francês, inglês e alemão. As duas vice-presidências ficaram com Dupleix e Becker, e os secretariados com Coullery, Card, Bourdon e Moll.

A delegação suíça, a mais expressiva numericamente, era em grande medida o resultado do trabalho de Pierre Coullery, médico e democrata radical do Jura bernês, domiciliado em La Chaux-de-Fonds que, desde 1865, havia se colocado em contato com o Conselho Geral. Fundou na ocasião a seção de La Chaux-de-Fonds e estimulou a criação das seções de Boncourt, Bienne, Sonvillier, Saint-Imier, Porrentruy, Neuchâtel e Locle.

Desde 1865, como evidência do vigor dos esforços em favor da organização, já existiam igualmente as seções de Genebra, Lausanne, Vevey e Montreux. A seção de Genebra havia sido fundada por influência do socialista alemão Jean-Philippe Becker, dinamizador do jornal *Verbot*, criado em janeiro de 1866 para representar as seções de língua alemã. Nos cantões românicos da Suíça, por esforço de internacionalistas ligados

⁵ Eugène Dupont havia substituído Le Lubez na representação francófona dentro do Conselho Geral.

a Coullery, havia surgido também, em dezembro de 1865, *La Voix de l'Avenir*, um dos poucos periódicos socialistas em francês que circulavam na época.

Ainda que os Estatutos provisórios, *Provisional Rules*, redigidos em inglês, tivessem sido aprovados com algumas modificações. Uma questão central, todavia, motivou uma viva e longa discussão. Os parisienses sustentavam que apenas os trabalhadores manuais, para eles os únicos capazes de transformar sua própria realidade, deviam ser aceitos na Internacional. Alegavam que o ingresso de intelectuais possibilitaria a infiltração de “politiqueiros” e “homens de partido”, que fariam da AIT um “instrumento para o seu proveito próprio”.⁶ Temiam principalmente que a AIT deixasse de ser um movimento caracteristicamente operário, organizado a partir das associações de resistência, e assumisse fisionomia político-partidária.⁷

Mostrando outro entendimento, a maioria da plenária decidiu aprovar a filiação dos “operários do pensamento”, homens de ciência que tinham ajudado a criar algumas das seções representadas no congresso. A oposição francesa, dessa forma, transigiu.

Outro tema abordado, e que seria ainda objeto de discussão no ano seguinte, dizia respeito aos exércitos nacionais regulares. Nessa questão, os franceses defendem a tese do “povo em armas”, em contraste com a manutenção dos exércitos permanentes. Sustentavam que a pátria perdia o concurso de milhares de seus trabalhadores, internados em quartéis e privados da liberdade. Deviam os trabalhadores, ainda segundo os franceses, cuidar eles próprios de sua segurança, interna e externa. A classe tinha então que se armar, pois: “dar-se guardiões é dar-se igualmente senhores”. (apud Dolléans, 1960, p. 266)

A questão da educação dos trabalhadores, outro tema de vivo interesse, acabaria por dividir a delegação francesa. Varlin discordava de seus colegas do *Bureau* de Paris que entendiam, na sua maioria, ser a educação uma tarefa da família, uma vez que o Estado apresentava-se hostil ao proletariado. Para ele, a educação deveria ficar a cargo de toda a sociedade, não apenas da família.

Sobre o pagamento de impostos, chegou-se à conclusão de que o peso das tarifas recaía invariavelmente “sobre os produtores”. O que tornava mais evidente a

⁶ Durante as seções do Congresso de Genebra, alguns estudantes e radicais blanquistas (Protot, Alphonse Humbert, Calavaz, Jeunesse, Lalourcet e Rey) tomaram a palavra para acusar a delegação parisiense de promiscuidade política com o Palais-Royal. Tolain e seus colegas de Paris acusavam esses jovens de “politiqueiros”, “tagarelas” e incapazes de compreender as questões operárias. (Guillaume, 1985, p. 6)

⁷ Essa oposição aos grupos políticos aumentou ainda mais as suspeitas já existentes no interior da AIT, de serem os proudhonianos agentes atuando no interesse de Napoleão III, uma vez que os republicanos eram os maiores oponentes do Império no campo político formal. (Víctor, 1977, p. 46)

organização burguesa da sociedade. Diante do exposto, o congresso deliberava que, apenas quando toda a sociedade se apresentasse constituída exclusivamente de “produtores”, se justificaria o pagamento de impostos. Ainda no tema da produção, optou-se pela limitação da jornada de trabalho em oito horas diárias que, segundo os delegados presentes, seria a única capaz de satisfazer fisiológica e socialmente o conjunto de trabalhadores.

Após os debates, os Estatutos Gerais foram aprovados, assim como uma comissão foi encarregada de redigir seus apêndices. O documento foi finalizado em três línguas: francês⁸, inglês e alemão. As versões, todavia, apresentavam algumas diferenças. Para além da simples adaptação aos idiomas, uma importante nuance entre concepções permaneceu como marca distintiva na tradução para o francês. Na parte dos “considerandos”⁹, uma disputa foi mascarada graças ao texto final nesse idioma. Segundo o texto original em inglês, no que dizia respeito às estratégias, “que pelo mesmo, a emancipação econômica dos trabalhadores é o grande objetivo ao qual devem se subordinar, *como um meio* (grifos nossos), todo o movimento político” – as iniciativas políticas tinham grande importância, apesar de serem encaradas como “um meio”. Na versão francesa, ao contrário, foi suprimido o “*as a mean*”, do inglês, sem substituí-lo pelo correspondente “*comme un moyen*”. Omissão que contava a favor da

⁸ Desde a primeira tradução para o francês, ainda como Estatutos Provisórios, em 1864, algumas alíneas do documento original haviam desaparecido ou recebido nova interpretação. Segundo os membros do *Bureau* de Paris, tais modificações teriam por motivo a situação de repressão na França e a falta de bons tradutores. Entretanto, existem motivos para acreditar, segundo Guillaume (1985, p. 17), que a primeira tradução de 1864 é também já a explicitação das rivalidades entre as concepções centralista e federalista, uma vez que o texto “*under a common direction*” (sob uma direção comum) é substituído na versão francesa pelo “num mesmo espírito”, mais compatível com a tradição autonomista dos mutualistas.

⁹ Os considerandos: “Que a emancipação dos trabalhadores deve ser obra dos próprios trabalhadores; que os esforços dos trabalhadores para conquistar sua emancipação não devem servir para constituir novos privilégios, mas para estabelecer para todos os mesmos direitos e os mesmos deveres; que a sujeição do trabalhador ao capital é a fonte de toda escravidão política, material e moral; que da mesma forma a emancipação econômica dos trabalhadores é o grande objetivo a que deve se subordinar todo movimento político; que os esforços feitos até agora fracassaram por falta de solidariedade entre os operários das diferentes profissões em cada país, e da união fraternal entre trabalhadores de diversas regiões; que a emancipação dos trabalhadores não é um problema unicamente local ou nacional, mas que, ao contrário, é um problema que interessa a todas as nações civilizadas, estando necessariamente subordinada a sua solução ao concurso teórico e prático das mesmas; que o movimento que se está efetuando entre os trabalhadores dos países mais industrializados no mundo inteiro, ao engendrar novas esperanças, dá um solene aviso para que não se incorra novamente em antigos erros, aconselhando combinar todos os esforços até agora divididos; por estas razões, os abaixo-assinados, membros do Conselho eleito pela assembléia realizada em 28 de setembro de 1864, no St. Martin’s Hall de Londres, tomaram as medidas necessárias para fundar a Associação Internacional dos Trabalhadores. Declaro que esta Associação Internacional, assim como todas as sociedades e indivíduos que a esta aderiram, reconhecerão com base na sua conduta para com todos os homens, a Verdade, a Justiça e a Moral, sem distinção de cor, de crença ou de nacionalidade; considerando como um dever reclamar não somente para eles os direitos do homem e do cidadão, mas para todos os que cumpram seus deveres. Não mais deveres sem direitos, não mais direitos sem deveres.” (Victor, 1977, p. 34)

lógica na qual a ação política desempenharia papel bastante irrelevante. (Víctor, 1977, p. 37) Redação, aliás, muito mais adequada às prédicas dos delegados de Paris. Não é absurdo imaginar que o entusiasmo causado pela aprovação dos documentos – o que poderia parecer uma vitória coletiva, uma vez que aparentemente superava as querelas até ali debatidas – acabou por ser responsável pela dupla versão dos mesmos.¹⁰

No que correspondia à forma como deveria funcionar a Internacional, o Regulamento Geral atestava a estrutura federalista da entidade. Cabia ao Conselho Geral¹¹ a intermediação, por sobre as fronteiras, das relações entre os *bureaux* centrais, sediados em cada país. Era ainda dever deste fazer cumprir as decisões congressuais e divulgar as deliberações por documentos a serem enviados às várias seções. Era parte das atribuições dos *bureaux* centrais, agrupar seções de uma mesma língua, em uma mesma região, podendo os seus membros eleitos ter seus mandatos revogados a qualquer momento pelas seções filiadas. Deveriam também enviar, uma vez por mês, um relatório ao Conselho Geral, dando conta da situação das seções que se encontrassem sob sua guarda. As seções podiam eleger um delegado para o Congresso Geral e, caso desejassem, unir-se a outras seções para fortalecer seu representante. Era livre a cada seção redigir seu estatuto particular, além de seus regulamentos, de acordo com as circunstâncias locais e com as leis em vigor no seu país, desde que não ferissem os documentos gerais da AIT. (Guillaume, 1985, p. 24) A revisão e a alteração dos Estatutos e dos Regulamentos Gerais podia ser feita a cada congresso, a pedido de dois terços dos delegados eleitos em suas seções.

O Congresso de Genebra decidiu também que o Conselho Geral devia permanecer sediado em Londres, assim como deliberou pela manutenção do quadro de delegados já nomeado anteriormente.¹² Marcou o segundo congresso para o ano seguinte, a realizar-se em Lausanne, na primeira segunda-feira de setembro.

Dando conseqüência as deliberações do ano anterior, entre 2 e 7 de setembro de 1867 reuniu-se o segundo congresso da AIT, em Lausanne. Paris elegera nove delegados: Tolain, Murat (mecânico), Fribourg, Chemalé (arquiteto), Martin (impressor de tecido), Garbe (funileiro), Pioley (mecânico), Reymond (litógrafo) e Beaumont

¹⁰ Ainda que no ano de 1866 Charles Longuet tenha preparado uma nova tradução, mais próxima do documento original inglês, tendo sido esta publicada no *La Rive Gauche*, de Bruxelas, foi a versão parisiense a utilizada como referência geral nos congressos seguintes da AIT. (Freymond, 1973, p. 53)

¹¹ A designação de Conselho Geral, adotada nos documentos franceses, aparecia nos documentos em inglês e em alemão como Conselho Central ou Comitê Central. (Guillaume, 1985, p. 17)

¹² Le Lubez, entretanto, foi impedido de continuar na função por ter sido condenado pelos fóruns da AIT pela prática de difamação de seus companheiros. (Guillaume, 1985, p. 25)

(cinzelador). Lyon enviou Schettel e Palix (mecânicos); Neuville-sur-Saône, Rubaud (impressor de tecidos); Villefranche, Chassin (vinhateiro); Vienne – departamento de Isère –, Ailloud (alfaiate); assim como de Marselha, Fuveau, Bordeaux, Rouen, Caen e Conde-sur-Noireau vieram os delegados Vasseur (funileiro), Vézinaud (sapateiro), Aubry e Longuet (ex-redator de *La Rive Gauche*). O Conselho Geral vinha representado por Dupont, que passaria a presidir o congresso, além de Eccarius, Friedrich Lessner e Carter. Odger e Cremer chegaram quando as sessões já estavam para terminar. A Inglaterra também enviou Alfred A. Walton, arquiteto e presidente da National Reform League¹³ e Daniel Swan, de Coventry, Warwickshire. Entre todos os delegados, merecem ainda destaque: César De Paepe (tipógrafo), de Bruxelas; Ludwig Kugelmann (médico), de Hannover; L. Büchner (importante intelectual alemão), de Darmstadt; Coullery, de La Chaux-de-Fonds; James Guillaume (professor), do Locle, secretário e redator das atas do congresso; Perron (genebrino), Dupleix (francês), Becker (publicista alemão), Karl Bürkly, de Zurique e, pelas seções italianas, Stampa e Tanari.¹⁴ (Guillaume, 1985, p. 22)

A presidência do congresso foi oferecida a Murat que, por não dominar outro idioma além do francês, declinou da posição em favor de Dupont. As duas outras colocações, as de vice-presidentes, foram ocupadas por Eccarius e Becker, ambos familiarizados com os idiomas inglês e alemão. Para o início da sessão foram escolhidos ainda quatro secretários: Büchner, o falansteriano Bürkly, Vasseur e Guillaume.

As plenárias seguiram com relativa disciplina, principalmente pela fundamental capacidade organizativa do parisiense Chemalé, responsável, em grande medida, segundo os relatos de Guillaume, pela estabilidade dos dias de debate.

As resoluções e os temas abordados pelo Congresso de Lausanne podem esquematicamente ser dispostos da seguinte forma:

1º ponto. Os meios práticos para tornar a Internacional um centro de ação para a classe operária contra o capital. O congresso votou diversas resoluções de caráter administrativo, recomendando ao Conselho Geral a publicação de um boletim e o encaminhamento de comunicados trimestrais aos demais *bureaux* centrais de cada país, fixando cotização (10 cêntimos por filiado) e determinando os critérios para delegação aos congressos anuais.

¹³ A National Reform League registrava cartistas e socialistas em sua constituição.

¹⁴ Segundo Guillaume (1985, p. 31), o marquês de Tanari vinha representando as sociedades operárias de Bolonha e Bozzano.

2º ponto. A utilização pelas classes operárias do crédito para sua emancipação da burguesia e dos governos. O congresso recomendou o princípio da organização mutualista do crédito, a instituição de bancos nacionais que oferecessem aos trabalhadores o crédito gratuito, assim como de sociedades de seguro mútuo. Deliberou que as sociedades de ofício deveriam ampliar seus fundos na cooperação de produção, em lugar de depositá-los nos bancos da burguesia. Sobre estes temas, divergiram Charles Longuet, De Paepe e Eccarius, prevalecendo, no entanto, a resolução acima.

3º ponto. Preocupação com a emancipação do “quarto Estado” (classe operária), o mutualismo¹⁵ por reciprocidade como base das relações sociais. Solidariedade. Sociedades operárias. A generalidade dos congressistas acreditava que muito do que se fazia auxiliava na construção de um quarto Estado tendo abaixo dele um quinto Estado, ainda mais miserável. Entretanto, tal perigo tenderia a diminuir na medida em que o desenvolvimento da indústria moderna tornasse impossível a produção em pequena escala. A produção moderna, ainda segundo o congresso, tornava o trabalho cooperativo uma necessidade para todos. Era necessário, ainda segundo os delegados, que o proletariado entendesse que a transformação social só poderia se realizar de modo radical e definitivo por meios que incidissem sobre o conjunto da sociedade. Não obstante, reafirmavam as deliberações através das quais todos os esforços das sociedades operárias deviam ser encorajados, fazendo desaparecer tanto quanto possível, do seio dessas associações, a idéia da prevalência do capital sobre o trabalho, enfatizando ainda a defesa do mutualismo e da federação.

4º ponto. Trabalho, capital, desemprego, redução das jornadas de trabalho, extinção do salariado e repartição dos produtos. Subscrevendo as decisões de Genebra, o congresso declarou que o “atual estado da indústria” era semelhante ao da guerra, devendo desta forma o proletariado defender seu salário prestando-se socorro mútuo. Entendia ainda que, apesar da defesa do salário ser importante por força da conjuntura, era fundamental não esquecer da luta em favor da supressão do salariado.

5º ponto. O papel do homem e da mulher na sociedade, a educação das crianças, o ensino integral e a liberdade de ensino.¹⁶ Este devia ser científico, profissional e produtivo. Recomendava-se um programa de ensino integral. Os congressistas

¹⁵ Já nesse congresso apareceu uma importante questão que seria retomada no ano seguinte. Um confronto entre coletivistas e mutualistas rivalizou franceses e italianos, defensores da posse individual dos meios de produção, com os belgas, ingleses e alemães, defensores da propriedade coletiva e da abolição do direito de herança. (Dolléans, 1960, p. 275)

¹⁶ Esse item incluía também a “fonografia”, uma reforma ortográfica para facilitar o aprendizado, sugerida em 1866 por um livro de E. Raoux, então professor em Lausanne. (Guillaume, 1985, p. 54)

entendiam ser fundamental a organização de escolas-oficinas, sem custo para o operário, uma vez que o imposto cobrado do cidadão cobriria todos os gastos. O congresso concedia ao Estado o direito de substituir o pai de família somente quando este não estivesse em condições de cumprir com o seu dever.¹⁷ O ensino religioso devia ser suprimido do programa. O congresso entendia ainda que uma língua universal e uma reforma ortográfica seriam benéficas para o proletariado e contribuiriam de forma importante para a unidade dos povos e a fraternidade das nações.

6º ponto. Definição do papel do Estado, serviços públicos, justiça etc. O Estado é ou deveria ser o estrito executor das leis votadas e reconhecidas pelos cidadãos. As nações deviam tornar o Estado proprietário dos meios de transporte, a fim de acabar com os monopólios privados. Os julgamentos deviam ser de responsabilidade de cidadãos eleitos por sufrágio universal.

7º ponto. Privações das liberdades políticas, perturbações sociais etc. O congresso considerou que a privação das liberdades políticas era um obstáculo à instrução social do povo. Dessa forma, a emancipação social era inseparável da política.¹⁸

8º ponto. Mensagem coletiva ao Congresso da Paz e da Liberdade, em Genebra. O Congresso de Lausanne envia saudação e entende que a paz é a primeira condição para o bem-estar geral, mas que ela só pode ser consolidada por uma nova ordem social que não mais conhecerá na sociedade duas classes, das quais uma é explorada pela outra.

9º ponto. Sobre a sede do Conselho Geral. A cidade de Londres permaneceria, pelo voto unânime dos delegados, abrigando o Conselho Geral.

Durante o congresso, César De Paepe pressionou em várias oportunidades a plenária para que fosse aprovada a defesa da propriedade coletiva da terra. Com ele, estavam os alemães, os ingleses e uns poucos franceses e suíços.

Por fim, para a realização do congresso seguinte é escolhida a capital belga, Bruxelas, uma vez que a lei desse país que restringia a circulação de estrangeiros havia perdido oficialmente o efeito. O Congresso de Lausanne nomeia os membros do Conselho Geral, boa parte deles veteranos no cargo. São confirmados e nomeados:

¹⁷ No Congresso de Lausanne surge pela primeira vez uma corrente de opinião que entende ser papel do Estado, na ausência dos pais, a educação das crianças. (Victor, 1977, p. 60)

¹⁸ Segundo Guillaume (1985, p. 36), a sétima questão possuía como objetivo específico, além do mais óbvio interesse prático, certificar a posição, através do voto, de alguns delegados parisienses, acusados pelos estudantes blanquistas, no ano anterior, de serem agentes bonapartistas. Os suspeitos votaram favoravelmente à proposição.

Besson, Bobcyski, Bürkly, Carter, Dell, Dupont, Eccarius, Fox, Harriet Law, Howell, Hales, Jung, Lucraft, Lessner, Lassaise, Lafargue, Marx, Morgan, Maurice, Odger, Shaw, Steinsby, Williams, Weston, Yarrow, Zabicki, Walton, De Brecon e South Wales. (Guillaume, 1985, p. 38) Sobre a oitava questão, foram então investidos da delegação ao Congresso Internacional da Paz e da Liberdade, que se realizaria em Genebra, logo a seguir ao de Lausanne: Guillaume, Tolain e De Paepe.

O Congresso de Lausanne, em diversos aspectos, representou um importante passo para conferir à AIT uma fisionomia não apenas orgânica, mas inequivocamente revolucionária. O que se percebia antes como posição corporativa, de alguns grupos apenas, em Lausanne ganhava orientação mais definida e, na mesma direção, caminharam as posições em favor da ruptura com o sistema vigente. Sobre a representatividade e a participação, em relação ao anterior, o encontro de Lausanne registrou um número maior de congressistas; estiveram presentes 72 delegados. (García, 1977, p. 54) No total, os suíços e franceses, os quais, na sua maioria, estavam afinados com as prédicas de Proudhon, somavam 57 delegados.

Ainda que em situação política adversa, o terceiro congresso da Internacional, como previsto, aconteceu entre os dias 6 e 13 de setembro, na cidade de Bruxelas. A Suíça francófona fez-se representar nas figuras de Mermilliod (relojeiro), Charles Perron (esmaltador), Quinet (pedreiro) e Graglia (gravador), todos da seção genebrina. Participaram ainda Adolph Catalan, membro da Association du Sou pour l'affranchissement de l'individu et de la pensée, não filiada oficialmente à Internacional; Becker (ex-militar e fabricante de vassouras), Fritz Robert (professor de matemática), este representando ainda as seções de La Chaux-de-Fonds, Locle, Courtelary, Saint-Imier, Moutier, Bienne e Sonvillier; Robert substituíra Coullery na delegação por La Chaux-de-Fonds. (García, 1977, p. 65) O Conselho Geral, que permanecia em Londres, enviou Shaw, da Associação Operária de Pintores; Lucraft, da Associação de Fabricantes de Cadeiras, além de Jung, Eccarius e ainda mais sete representantes. Pela França, foram mais 18 delegados, todos operários¹⁹, entre os quais, Tolain, Charles Longuet, E. Aubry (operário litógrafo) e Alph. Delacour (relojeiro), todos de Paris; F. Lemonnier (alfaiate), de Marselha e Albert Richard (publicista), de Lyon. (Maitron, 1992, p. 47) Os alemães, mandaram outros cinco; a Itália, apenas um e ainda outro

¹⁹ Vale lembrar que Varlin e outros internacionalistas franceses encontravam-se encarcerados, por conta dos processos movidos contra eles pelo II Império. (Cf. *Itinéraire*, 1993) Marx, em carta a Engels de 29 de agosto, teria comentado o fato da seguinte maneira: “Afortunadamente nossos velhos conhecidos de Paris estão atrás de ferrolhos”. (García, 1977, p. 70)

operário espanhol, Antonio Marsal Anglora, representando a Legião Ibérica.²⁰ Os belgas, maioria no congresso, credenciaram 54 delegados, entre os quais De Paepe. (Dolléans, 1960, p. 282) No geral, foram credenciados cerca de uma centena de delegados.

No primeiro dia do congresso, o principal assunto foi a guerra e a postura que deviam assumir os operários diante das hostilidades. Sobre este tema, aliás de extrema pertinência no período, o delegado Catalan, de Genebra, afirmou que a guerra contava muito com a “opinião pública”, e em certa medida, dependia dela. E que as instituições do Estado deviam ser combatidas pela Internacional, pois era nesse combate que se enfraqueceria o inimigo, era através dele que se poderia evitar a sobreposição dos interesses da burguesia aos do povo. Era por meio desse artifício, ainda segundo Catalan, substituindo a “opinião pública” pela sua própria, que a burguesia mantinha a sociedade subordinada. Na ótica de De Paepe, os trabalhadores organizados deviam boicotar o serviço militar. Pois, entre outros motivos, o internamento nas casernas era a negação do trabalho. Para ele, a guerra era sintoma do desequilíbrio social, causada principalmente pela fome. Mas que, no caso específico da Europa do leste, servia antes para garantir os privilégios de mercado. Tolain, em acordo com os demais, completava que a guerra nunca fora uma “sanção de direito”, mas a “razão do mais forte”, uma forma a mais de subordinação dos povos ao despotismo dos governos. Convidou a Internacional, por meio de suas seções, a envidar esforços contra qualquer guerra na Europa, pois esta seria certamente uma “guerra civil”, feita entre “produtores”, irmãos trabalhadores. Como atitude prática, o congresso votou, a partir dos discursos dos delegados, uma proposição de Longuet através da qual os trabalhadores deveriam, em caso de guerra, interromper as atividades produtivas.²¹

Foi nesse terceiro congresso que os delegados definiram mais claramente a posição da Internacional no que se referia a esse ponto nevrálgico da estratégia socialista. Os fatos permitem-nos afirmar que em Lausanne, se levado em consideração o universo das posições claramente explicitadas, De Paepe havia ficado quase ilhado na

²⁰ A Legião Ibérica era uma sociedade secreta, inicialmente organizada pelo federalista Fernando Garrido, em 1861, e que, certamente, já possuía laços com as congêneres fundadas por Bakunin antes de 1868. (Paz, 1992, p. 5)

²¹ Sobre esse tema, Marx escreveria a Engels, em 16 de setembro, queixando-se de Eccarius que, segundo aquele, teria omitido do texto final a idéia de uma possível guerra entre França e Prússia “em proveito da Rússia”. Marx (1868) ridicularizou ainda o “disparate” dos belgas, quando estes, em conjunto com os franceses, pregaram “uma greve contra a guerra”. Sobre Eccarius, ele acrescentava, uma vez que entendia ter o seu aliado falhado em explicitar as contradições dos proudhonianos: “ele nunca mais será nomeado delegado”.

sua concepção coletivista em relação ao tema. Mas, apesar da pouca consonância das suas posições em relação às dos demais, foram suficientemente contundentes para impedir uma deliberação fechada sobre a questão.

Em Bruxelas, De Paepe, por meio de um extenso documento no qual podiam ser encontradas diversas citações de Proudhon, retornou ao tema da propriedade do solo, afirmando o seguinte sobre a transformação da cultura do camponês na França:

Então desaparece, é certo, esse desejo de posse exclusiva, de disposição livre e absoluta, que se diz encontrar-se profundamente enraizado no coração do camponês francês e que Michelet tentou poetizar, chamando-o de “matrimônio místico do homem com a terra”; mas, diante da lei imperiosa da necessidade, o camponês francês terminará esquecendo esta utopia; se encontrará feliz, apesar de tudo, quando tiver mudado o seu título vazio de propriedade exclusiva e seu direito de desfrute egoísta e solitário (se se pode chamar de desfrute um trabalho sem descanso sobre um solo esgotado) pela vantagem de ser co-proprietário de um solo cujos produtos serão multiplicados por 20 com um trabalho 20 vezes menos penoso. (apud Freymond, 1973, p. 528)

Frente ao que ele chama de “novo feudalismo territorial”, fenômeno observado na França com a chegada do capitalismo ao campo, De Paepe sustenta que aceitar a transição para a propriedade coletiva será a única saída para o camponês.

Sobre esse tema, os delegados reunidos em Bruxelas decidiram admitir que as minas, de qualquer natureza, as ferrovias, as estradas, os solos aráveis, os canais, as linhas telegráficas, as demais formas de comunicação e mesmo as florestas deveriam ser propriedade coletiva dos trabalhadores.²² Sobre as ferramentas e os meios para transformar as matérias primas em produtos de consumo, os delegados foram unânimes em defender que deveriam pertencer aos produtores, portanto aos operários e camponeses.

Se consideradas estas decisões, podemos afirmar que o terceiro congresso da AIT acabou por se filiar ao projeto coletivista nos objetivos de médio e longo prazo, portanto, nos seus fins; e ao mutualista no curto prazo, no que dizia respeito aos meios a serem empregados.

Os demais pontos abordados podem ser resumidos em seis:

²² No universo de cerca de 50 delegados, 30 votaram a favor (oito ingleses, quatro franceses, quatro alemães, um italiano e 13 belgas), cinco contra (um francês e quatro belgas) e 15 suíços se abstiveram (a abstenção deveu-se aos delegados não possuírem de suas bases autorização para deliberar sobre assunto tão importante; entretanto, o que ficaria confirmado depois, os suíços aproximaram-se sobremaneira das teses coletivistas). Por conta da falta de unanimidade, entretanto, o debate sobre o tema continuaria no congresso do ano seguinte, na Basiléia. (Guillaume, 1985, p. 65)

1º ponto. Sobre as greves, as federações entre sociedades de resistência e a formação de conselhos para arbitragem das eventuais greves. O congresso não entendia “arbitragem” no sentido de “paz social”, não entendia, assim, que a justiça da classe operária tivesse alguma correspondência com a justiça burguesa. O Conselho de Arbitragem devia ser composto de representantes das sociedades de resistência, e sua missão era a de examinar, caso a caso, do ponto de vista do interesse operário, a necessidade e a oportunidade de se declarar a greve. O congresso entendia ainda que a greve não era um meio de libertar completamente o trabalhador, mas que era com freqüência uma necessidade na atual luta entre o trabalho e o capital. Que, do ponto de vista da oportunidade e da legitimidade, era conveniente instituir na federação de grupos de resistência de cada localidade uma comissão formada por delegados de base, escolhidos pelos grupos federados. Tal composição devia julgar a oportunidade e a legitimidade das eventuais greves.

2º ponto. Da instrução integral. Reconhecendo que no momento era impossível organizar um ensino racional, o congresso sugeria às diferentes seções a abertura de cursos públicos de ensino científico, profissional e produtivo, quer dizer, ensino integral para remediar, tanto quanto possível, a insuficiência da instrução que os operários recebiam no momento. A luta pela redução da jornada de trabalho deveria se articular ao projeto de ensino integral.

3º ponto. O crédito mutual. O congresso decidiu pela fundação de Bancos de Trocas com base no preço de custo, objetivando o crédito democrático e igualitário. Entendendo, por conseguinte, que a troca mútua internacional combaterá o protecionismo e o livre-cambismo dos economistas burgueses. Ao mesmo tempo, a prática do crédito mutual associada à forma federalista de organização política deverá sustentar a futura sociedade sem classes, após a inevitável ruptura com o atual sistema burguês. Tomava-se o projeto já em andamento na sessão de Bruxelas, de um banco de trocas, sob o nome de Sociedade Comercial do Crédito ao Preço de Custo, como modelo a ser estudado pelas demais sessões da Internacional, com vistas ao debate no próximo congresso da entidade.

4º ponto. Redução da jornada de trabalho. Acompanhando a decisão tomada em unanimidade pelo Congresso de Genebra, as plenárias de Bruxelas definiram que a redução da jornada de trabalho era condição preliminar e indispensável para as demais melhorias sociais. Determinavam ainda que tal conclusão devia receber nas diversas sessões um correspondente prático.

5º ponto. As cooperativas. O congresso criticou o modelo das associações cooperativas engajadas no sistema vigente e que passaram a operar pela lógica do lucro. Para evitar semelhante resultado, o congresso sustenta que as cooperativas não têm, ou não devem ter outro objetivo senão arrancar das mãos dos capitalistas os instrumentos de produção, colocando-os à disposição dos trabalhadores.

6º ponto. Das exigências do trabalho. O Congresso de Bruxelas, sob a iniciativa das seções belgas, entendia que os operários deviam construir uma pauta única de exigências, tema já abordado em Genebra. Tais demandas deviam ser enumeradas em documentos regionais para, no ano seguinte, constituírem eixos temáticos em favor da elaboração de uma agenda internacional para a classe operária. (Guillaume, 1985, p. 72)

As deliberações de Bruxelas, em que pese a importância das decisões, não foram atingidas pelo consenso. Em muitos assuntos, as diferentes filiações às tradições mutualista, coletivista e comunista, na figura de seus representantes, discordaram nas plenárias, e, como era natural, oradores revezaram-se para a defesa das nuances de opinião sobre um mesmo ponto. Não foram raras as vezes que uma margem apertada de votos inclinou a posição do coletivo de delegados para uma determinada direção, marginalizando alguma outra que, apesar de minoritária, não desapareceria totalmente. No geral, Bruxelas representou o triunfo do coletivismo sobre o mutualismo, ainda que este tenha sobrevivido, como se viu, residualmente em algumas resoluções. Este, apesar de enfraquecido nos seus eixos centrais, foi capaz de servir de complemento ao coletivismo que, nas suas linhas gerais, principalmente na França, influenciaria sobremaneira o sindicalismo revolucionário. (Maitron, 1992, p. 47)

Congresso da Basiléia

O ano de 1869 é também o do IV Congresso da AIT, que se realizou na Basiléia entre os dias 5 e 12 de setembro. Embora o *Bureau* de Paris estivesse oficialmente fechado pelas autoridades, as seções filiadas ao órgão internacional, em Londres, segundo as leis francesas, podiam participar de eventos de suas agremiações fora do país. Aproveitando-se desta brecha legal compareceram ao Congresso da Basiléia, fazendo então representar as suas associações de classe, cerca de 30 delegados franceses, entre os quais: Varlin (encadernador), Tolain e Landrin (operários do bronze), Durand (artesão joalheiro), Roussel (latoeiro), Flahaut e Tartaret (marmoristas), Murat (mecânico), Pindy e Fruneau (carpinteiros), Franquin (gráfico), Langlois (torneiro), Dereure (sapateiro), Dosbourg (membro da Associação de Crédito Mútuo dos

Tingidores), Mollin (dourador e representando o Círculo de Proletários Parisienses Positivistas) e Chemalé (representando os filiados parisienses à Internacional). Émile Aubry (litógrafo) e mais outros dois delegados têxteis, representavam a Federação Operária de Rouen e de Elbeuf; assim como, Albert Richard (tecelão), acompanhado de mais quatro delegados, representou as seções de Lyon. As cidades de Limoges e Marselha encontravam-se igualmente representadas. Ligados à comitiva francesa estavam ainda Creusot, Piéton, Bourseau, Outhier, Palix, Monier, Foureau e Boudet. (Guillaume, 1946, p. 41)

Da Alemanha vieram sete representantes: Rittinghausen, W. Liebknecht, Becker, Goegg, Janasch, Greulich e Hess. A Bélgica enviou De Paepe, Brismeé, Bastim, Paul Robin e Hins. A Federação Românica enviou 11 representantes, entre os quais se encontravam Guillaume, Heng, Brosset, Schwitzguébel e Fritz Robert. A Suíça alemã mais 11 e a Áustria, Neumayer e Overwinder. A Itália se fez representar por Caporusso e Heng; a Espanha por Farga-Pellicer e Santiñón. Os EUA por um operário da National Labour Union, Cameron, e o Conselho Geral por Applegarth, Lucraft, Cowell Stepney, Eccarius, Lessner e Jung. Bakunin vinha por representação simultânea dos operários da Itália e de Lyon. (Guillaume, 1985, p. 193)

Nos primeiros dias, os congressistas trataram das questões administrativas, de algumas necessidades práticas e dos informes do Conselho Geral. Apareceu também uma proposta apresentada pelos delegados de Zurique sobre “legislação direta” do povo, que acabaria por não ser discutida, mas que, entretanto, serviu para que fossem registradas algumas opiniões divergentes. O primeiro ponto da pauta do encontro, e que de fato estava sendo aguardado com expectativa, dizia respeito à propriedade fundiária, tema já deliberado no congresso anterior e que, por mais uma vez, retornava ao fórum deliberativo. Por 54 votos a 4 os delegados reiteraram a posição de que a propriedade devia ser coletiva e que a sociedade tinha igualmente o direito de abolir a propriedade individual do solo. Cinco representantes de Paris – Varlin, Flahaut, Franquin, Dereure e Tartaret –, acompanhando a maioria, votaram a favor; os quatro votos contra, foram também de franceses – Tolain, Pindy, Chemalé e Fruneau. Tolain resumiria a opinião da minoria dessa forma:

Para realizar a emancipação dos trabalhadores, há que reconhecer que o homem tem direito a apropriar-se da totalidade de sua produção e transformar todos os contratos de locação em contratos de venda: então, estando a propriedade sempre em circulação, cessa de ser abusiva pela força dos fatos; por conseguinte na agricultura, como na indústria, todos os trabalhadores se

agruparão como e quando acharem conveniente, sob um contrato livremente acertado, que salvguarde a liberdade dos indivíduos e dos grupos. (apud Dolléans, 1960, p. 303)

Essa leitura mutualista de Tolain negligenciava, em grande medida, a evolução do pensamento de Proudhon, em particular o de sua obra póstuma, *De la Capacité Politique des Classes Ouvrières*.

Sobre a produção agrícola, as posições eram diversas. A maioria formada por, entre outros, Becker, Collin, Janasch, Lessner, Lucraft, Rittinghausen, Sentiñon e Varlin, era da opinião de que o solo deveria “ser cultivado e explorado pelas comunas solidarizadas”. Em relação a essa questão, Bakunin, ao responder a Tolain, afirmou que o indivíduo é produto da sociedade, e que sem a sociedade o homem não é nada. Quanto à organização da produção agrícola, ele concluiu pela “solidarização das comunas”, proposta pela maioria da comissão, ainda mais porque essa solidarização implicaria à organização da sociedade “de baixo para cima”, enquanto as proposições da minoria supunham um Estado.

Bakunin insistiria ainda na destruição de todos os Estados nacionais e territoriais, e que, sobre essas ruínas, deveria ser erigido o Estado internacional de milhões de trabalhadores, tarefa esta que cabia à Internacional.²³ A votação sobre esse tema acabou por confirmar os ânimos da maioria dos congressistas. Todos os que haviam votado antes a favor da abolição da propriedade fundiária, menos o francês Flahaut, mantiveram seus votos, no total portanto de 53. Em conformidade com o tema anterior, Tolain, Pindy, Chemalé, Fruneau, acompanhados agora de Murat, Piéton, Langlois e do suíço alemão, Bohny, votaram contra. (Guillaume, 1985, p. 199)

Na terceira questão, a do direito de herança, no entanto, é que se daria a polarização entre as proposições de Marx e Bakunin. A comissão encarregada de elaborar o relatório sobre a questão do direito de herança, em sua maioria, acabou por aliar-se às idéias defendidas por Bakunin. O Conselho Geral, em que Marx possuía amplos poderes, havia preparado sobre essa questão um minucioso relatório. Após várias opiniões dos membros da comissão, Brismée apresentou, em nome desta, o seguinte projeto de resolução:

²³ Segundo Guillaume (1985, p. 197): “Recordo-me que perguntei a Bakunin como ele pôde, inimigo do Estado, reivindicar ‘a construção, sobre as ruínas de todos os Estados nacionais, do Estado internacional de milhões de trabalhadores’. Respondeu-me que a expressão Estado internacional, exprimindo uma idéia contraditória por si mesma e impossível de realizar, equivalia à negação do Estado; ainda que parecendo fazer aos partidários do Estado uma concessão de linguagem, ele acreditava assim minar pela base sua concepção teórica.”

Considerando que o direito de herança, que é um elemento essencial da propriedade individual, contribuiu poderosamente para alienar a propriedade fundiária e a riqueza social em proveito de alguns e em detrimento da imensa maioria, e que, em consequência, ele é um dos maiores obstáculos à entrada do solo na propriedade coletiva; *Que, por outro lado, o direito de herança, por mais restrita que seja sua ação, impedindo que os indivíduos tenham absolutamente os mesmos meios de desenvolvimento moral e material, constitui um privilégio do qual a importância maior ou menor, no fundo não destrói absolutamente a iniquidade em direito, e que se torna, assim, uma ameaça permanente ao direito social*; Que, além do mais, o congresso pronunciou-se pela propriedade coletiva, e que tal declaração seria ilógica se ela não fosse corroborada pela que segue. O congresso reconhece que o direito de herança deve ser completa e radicalmente abolido, e que essa abolição é uma das condições indispensáveis para a liberação do trabalho. (apud Guillaume, 1985, p. 201, grifos nossos)

Segundo Guillaume, apesar do texto conter a proposta correta, “a primeira declaração seria ‘ilógica’ se ela não fosse ‘corroborada’ pela segunda, era um raciocínio manco”. Sobre o mesmo ponto, Eccarius, uma vez que Marx não estava presente ao congresso, defendeu a proposição formulada por ele sobre a abolição da propriedade individual, de onde resultaria naturalmente o desaparecimento do direito de herança, e que aqueles que herdassem algo deveriam pagar imposto sobre a sucessão e sofrer a limitação do direito de dispor de seus bens por testamento. Bakunin, ainda segundo Guillaume,

não tomava como ponto de partida teórico a hipótese de um estado social no qual a propriedade tivesse sido abolida: constatando, ao contrário, o fato da existência da propriedade individual, e pressentindo que ela seria muito difícil de transformar, entre os camponeses, em propriedade coletiva; ele queria ao menos, pela abolição do direito de herança, retirar da ordem de coisas existente a sanção jurídica e transformar em simples posse de fato o que havia sido até ali uma propriedade revestida da garantia social. (apud Guillaume, 1985, p. 202)

Opinião que não fez senão ampliar as divergências. Por conta da polêmica sobre a herança, a plenária viveu momentos de tensão em Basiléia. Como reforço à opinião de Marx, Chemalé declarava que a deliberação que havia sido votada, no ponto anterior, e que dera vitória à tese da propriedade coletiva já continha a decisão sobre a herança. Ainda segundo este, uma vez abolida a propriedade individual, o que se poderia herdar? Varlin responde a isso:

Se tivéssemos conseguido fazer entrar todos os instrumentos de trabalho, bem como o solo, na propriedade coletiva, é evidente que a questão da herança não teria mais importância; mas estamos longe disso: ainda resta uma grande parte dos instrumentos sociais dos quais não abolimos a

propriedade, mesmo em princípio; se mantivermos a herança nessas condições, manteremos a desigualdade, visto que algumas crianças encontrarão por meio da herança o que lhes é necessário, enquanto outras crianças serão fatalmente privadas. (apud Guillaume, 1985, p. 202)

A intervenção de Varlin parece confirmar a tendência geral do grupo coletivista no congresso. Referindo-se ao Conselho Geral, Bakunin afirmava que, entre os que pensavam que após ter votado a propriedade coletiva, seria inútil votar a abolição do direito de herança, e aqueles que achavam que é útil e inclusive necessário votá-la, havia uma diferença:

Uns se colocam em pleno futuro, e, tomando por ponto de partida a propriedade coletiva, acham que não há mais motivo para falar do direito de herança; nós partimos, ao contrário, do presente; encontramos-nos sob o regime da propriedade individual triunfante, e, caminhando para a propriedade coletiva, encontramos um obstáculo: o direito de herança; pensamos, portanto, que é preciso eliminá-lo. O relatório do Conselho Geral diz que, sendo o fato jurídico sempre a consequência de um fato econômico, basta transformar este último para aniquilar o primeiro. É incontestável que tudo o que se chama direito jurídico ou político sempre foi na história a expressão ou o produto de um fato consumado. Mas é incontestável também que depois de ter sido um efeito de atos ou fatos anteriormente realizados, o direito torna-se, por sua vez, a causa de fatos ulteriores, torna-se ele mesmo um fato muito real, muito poderoso, e que é preciso aniquilar se quisermos chegar a uma ordem de coisas diferente daquela que existe. Assim é que o direito de herança, depois de ter sido a consequência natural da apropriação violenta das riquezas naturais e sociais, tornou-se mais tarde a base do Estado político e da família jurídica, que garantem e sancionam a propriedade individual. Assim, devemos votar a abolição do direito de herança. (apud Guillaume, 1985, p. 202)

Para maior clareza, Bakunin insiste que:

Falaram-nos muito de prática. Pois bem, é em nome da prática que eu vos convido a votar a abolição do direito de herança. Disseram hoje que a transformação da propriedade individual em propriedade coletiva encontrará graves obstáculos entre os camponeses, pequenos proprietários da terra. E, com efeito, se, depois de terem proclamado a liquidação social, tentassem desapossar por decreto esses milhões de pequenos agricultores, estes necessariamente se lançariam na reação, e, para submetê-los à revolução, seria preciso empregar contra eles a força, isto é, a reação. Será preciso, pois, deixá-los os possuidores de fato dessas parcelas das quais são hoje os proprietários. Mas se não abolísseis o direito de herança, o que aconteceria? Eles transmitiriam essas parcelas a seus filhos, com a sanção do Estado, a título de propriedade. Se, ao contrário, ao mesmo tempo que fizerdes a liquidação social, proclamais a liquidação política e jurídica do Estado, se abolirdes o direito de herança, o que restará aos camponeses? Nada além da posse de fato, e essa posse, privada de toda sanção legal, não se abrigando mais sob a proteção poderosa do Estado, deixar-se-á facilmente transformar sob a pressão dos acontecimentos e das forças revolucionárias. (apud Guillaume, 1985, p. 203)

A votação, assim, acabou por consagrar os argumentos de Bakunin, em grande parte acolhidos pelo relatório final da Comissão. Por 32 votos a 23, e 7 abstenções, ficava aprovada a abolição do direito de herança pelo Congresso de Basiléia.²⁴

A discussão da herança possuía um correspondente social que, não por acaso, foi citado por Bakunin em sua defesa. Em última análise, era sobre o papel do camponês que dissertava. Ele acreditava ser necessário a inclusão de todas as classes exploradas no processo de transformação e, desprezando qualquer hierarquia ditada por uma pretensa imanência revolucionária, mais presente em um determinado segmento de classe que em outro, defendia uma ruptura imediata com a ordem capitalista. Assim, não podia desprezar o concurso de nenhum setor do campo oprimido.

O Congresso de Basiléia trataria ainda da questão das sociedades de resistência, tema que não era original, mas que recebeu dos delegados as maiores atenções. As teses federalistas e antiestatistas, sustentadas pelos franceses, belgas, italianos, espanhóis e suíços românicos, destacaram-se e ganharam a maioria dos votos. Por unanimidade, o congresso reconhecia ainda a necessidade do fortalecimento das sociedades de resistência, assim como recomendava a federação entre as mesmas no sentido do estreitamento dos laços, até mesmo para além das nações. Em outro ponto, o das atribuições e dos poderes do Conselho Geral, houve certa harmonia entre as posições dos coletivistas e dos membros do Conselho de Londres. O entendimento dava-se no sentido de que entre as tarefas do referido órgão central estava a admissão ou não de novas filiações. No geral o Conselho Geral sai com mais poderes da Basiléia e conta para tal com o apoio de Bakunin que temia a insubordinação de parte dos membros da seção de Genebra, bastante inclinados aos políticos reformistas.

Como última deliberação, o congresso decide, a partir da sugestão dos delegados franceses, que o próximo colóquio deverá se realizar em Paris, na primeira segunda-feira do mês de setembro do ano seguinte. A decisão, tomada por unanimidade, prendia-se fundamentalmente ao fato de os internacionalistas pretenderem desafiar a política de Napoleão III, fazendo um congresso na capital francesa.

²⁴ Eccarius, representando o Conselho Geral e Marx, tentaria ainda apresentar para a apreciação da plenária uma outra resolução sobre a herança. Tal proposição previa impostos progressivos sobre as propriedades herdadas e a limitação das mesmas. Também essa iniciativa foi derrotada em votação por 37 votos a 19, com 6 abstenções e 13 ausências. (Guillaume, 1985, p. 204)

Da Conferência de Londres de 1871

O ano seguinte acabaria por confirmar os presságios de guerra já alardeados nos congressos da AIT. Em junho de 1870 os franceses declaram guerra à Prússia. O conflito que se estenderá até as primeiras semanas de janeiro de 1871 termina com a derrota da França e contribui sobremaneira para o levante popular de 18 de março do mesmo ano. O evento cuja duração é de 72 dias deu lugar a formas de organização bastante originais, quase todas inspiradas nas prédicas dos federalistas, coletivistas e proudhonianos presentes na Internacional. Para além do simples resultado da observância da doutrina, as realizações dos *communards* mostraram-se tributárias de um sem número de práticas levadas a efeito nos distritos de Paris, nos seus bairros e, em ultima instância, nos comitês revolucionários e clubes organizados desde o cerco prussiano de 1870.

A seção de Paris engajou-se firmemente nas lutas na capital, bem como algumas outras em diferentes partes da França. Os internacionalistas desejavam fervorosamente que a organização contribuísse de forma clara e inequívoca para ruptura final com o regime burguês, fornecendo aos trabalhadores um projeto não apenas de luta direta, mas também, e sobretudo, uma dimensão de longo prazo para a organização da nova sociedade. O malogro da Comuna de Paris legou para a Internacional na França uma considerável crise por força das perseguições, das mortes, deportações e prisões de seus principais animadores. A trágica morte de Eugène Varlin, linchado pelas tropas de Versalhes, nos últimos dias do confronto, é ponto de destaque dessa crônica.

Mais concretamente o governo francês, através do ministro de Assuntos Exteriores, Jules Favre, emite uma circular em 6 junho de 1871 rogando aos países com os quais a França possuía relações diplomáticas que extraditassem qualquer indivíduo suspeito de ter participado da Comuna, bem como vincula a essa primeira demanda o combate à Internacional onde quer que esta se encontrasse organizada em seções.

No resto da Europa segue-se ainda uma generalizada reação de governos contra os exilados e foragidos da Comuna. Embora assimétrica em sua intensidade, ainda que com algumas ilhas de “tolerância”, como foi o caso da Suíça (Miklós, 1974, p. 31) e Inglaterra, a perseguição aos internacionalistas entra na ordem do dia. Na França e na Espanha a entidade cai proscrita, nos países do centro e leste da Europa, as iniciativas nesse sentido ganham foros de entente com a formalização, em 1873, de um acordo entre Áustria, Prússia e Rússia que previa a vigilância das fronteiras, identificação e

prisão de internacionalistas. Algo como um *déjà vu* da Santa Aliança, agora com ênfase no combate à classe trabalhadora.

Inopinadamente, as perseguições servem também de propaganda que estimula o crescimento da Internacional em algumas partes. Na Itália, por exemplo, ainda que com a oposição do governo, as seções da Internacional experimentam um ascenso, tanto mais em função da crise do mazzinianismo, para a qual muito colaborou a adesão pública de Garibaldi à Internacional e aos *communards* espalhados pelo continente. As seções assim estavam espalhadas pelas várias latitudes da península cobrindo todo o território desde a Lombardia até a Sicília.

Com o intuito de promover um primeiro balanço sobre os últimos acontecimentos, o Conselho Geral convoca uma conferência a se realizar em Londres, entre os dias 17 e 23 de setembro de 1871. O encontro é uma tentativa de suprir as lacunas deixadas por dois anos sem congressos da Internacional, uma forma de retomar as tarefas organizativas em um contexto adverso. Para o Conselho Geral não havia possibilidade de se convocar um congresso; sendo assim, na ausência dele, ficava a conferência responsável por retomar a atividade geral da entidade.

Em encontros preliminares bastantes restritos, os membros do conselho listaram sete pontos para figurarem na pauta: denominações, delegações especiais do conselho, cotas, seções femininas, estatísticas, organização geral e conselho federal inglês. Estavam presentes à conferência com direito a voto: os belgas Coenen, De Paepe, Fluse, Herman, Steens e Verrycken; o suíço Perret; o russo Outine; o espanhol Lorenzo; mais seis outros eleitos na véspera pelo Conselho Geral, Mottershead, Frankel, Jung, Serrailier, Bastelica e Vaillant; além dos representantes do conselho, Marx, Engels, Eccarius, Hales, Rochat, Cohn, Dupont e Zabicki. (Guillaume, 1985, p. 193) Vale dizer ainda que, no total, o Conselho Geral possuía 43 membros reconhecidos, entre os quais estavam figuras importantes da Comuna de Paris como Frankel, Serrailier, Longuet, Constant Martin, Wroblewsky, Vaillant e os proscritos franceses Paul Robin e André Bastelica. Esses também compareceram à Conferência de Londres.

De todos os presentes, nenhum utilizou mais a palavra que Marx, foi por força de suas intervenções que aos pontos elencados previamente fossem, direta ou indiretamente, acrescidos outros mais. Sua sombra projetada sobre as discussões não foi pouco importante e os resultados atestam tal juízo. A 9ª resolução aprovada pela conferência, por exemplo, alterava de forma significativa a orientação da Internacional no que se referia à ação política. Segundo ela:

Considerando ainda: Que contra o poder coletivo das classes possuidoras o proletariado não pode atuar como classe senão se constituindo a si mesmo em partido político distinto, oposto a todos os antigos partidos formados pelas classes possuidoras. Que esta constituição do proletariado, em partido político, é indispensável para assegurar o triunfo da revolução social e de seu objetivo supremo: a abolição das classes.[...] A Conferência recorda aos membros da Internacional que no estado militante da classe operária, seu movimento econômico e sua ação política estão indissolivelmente unidos. (Freymond, 1973, p. 274)

A despeito de atender às expectativas de blanquistas como E. Vaillant, esse resultado não é menos o fruto da habilidade política de Marx.

Outro assunto tratado no contexto das sessões da conferência dizia respeito a Aliança da Democracia Socialista que, segundo a 16^a resolução, ficava proscria, pois contrariava o espírito dos estatutos da Internacional, uma vez que eles determinavam que as seções deveriam adotar os nomes de suas localidades ou do ramo de trabalho ao qual se vinculava o conjunto de trabalhadores. Assim, “fica proibido aos ramos e sociedades existentes continuar designando-se por nomes de seitas, quer dizer, como grupos mutualistas, positivistas, coletivistas, comunistas etc.” (Freymond, 1973, p. 276) Uma discussão que não deixa esconder a clara oposição de Marx a Bakunin, não apenas por ser a Aliança uma iniciativa deste último, como ainda, e não menos fundamental, por entender Marx que a entidade representava um enorme perigo para o Conselho Geral, tanto pelo conteúdo simbólico da sua existência como pelo caráter de sua pregação.

Com efeito, não é possível dissociar a condenação dos aliancistas da 9^a resolução daquela que atribui à política condição privilegiada, tanto mais por ser essa ação combinada um ataque frontal ao federalismo e a neutralidade política sistematicamente disseminados nos fóruns da Internacional. Um quadro que, se por uma parte, salienta a disputa pessoal entre dois importantes membros da organização, nem por isso se restringe a isso. Aliás, existem elementos suficientes para localizar tal querela no campo da concepção ideológica, naquilo que de constitutivo existe e diferencia as estratégias do anarquismo e do comunismo.

Outro tema que serve de elemento residual ao debate entre Marx e Bakunin é a 16^a resolução, a partir da qual Outline fica responsável pela elaboração de resumo sobre o “processo Netchaiev”, a ser publicado no jornal genebrino *L’Egalité*. A péssima reputação do revolucionário russo junto aos internacionalistas e a associação dele a Bakunin, sem sobre de dúvidas, são fatos que não podem ser negligenciados na aferição

da predisposição dos delegados presentes ao votarem certas demandas encaminhadas por Marx. Cabe dizer que, aos sete primeiros pontos indicados para a discussão na conferência, foram acrescentados mais dez, na maior parte sugeridos direta ou indiretamente por Marx.

A Conferência de Londres credencia-se dessa forma como um evento de razoável importância para a alteração do curso da Internacional. Foi, ao fim, muito mais que uma simples retomada da dinâmica dos congressos, sua continuidade. A conferência aponta para uma outra estratégia geral. Segundo Anselmo Lorenzo (1947, p. 68), delegado pela Federação de Valência: “A Conferência de Londres deu origem à guerra contra o Conselho Geral. Nessa guerra, tão contrária ao espírito predominante na concepção da Internacional, aparece com destaque o atavismo”.

Sobre Saint-Imier e a Internacional Antiautoritária

A última resolução da Conferência de Londres, a 17^a, arbitra sobre uma questão diretamente relacionada com a organização da Internacional na Suíça românica. A questão já havia sido debatida em junho de 1870 pelo Conselho Geral e este, diante da declarada divergência entre as seções de Chaux-de-Fonds e de Genebra, indicara o desmembramento em duas seções autônomas, cada qual na sua respectiva área de influência. (Freymond, 1973, p. 277) Em Londres, com o propósito do mesmo debate, os delegados recomendam que se mantenha o diálogo entre as seções românicas e que, sendo ele insuficiente para a resolução dos problemas, as seções dissidentes localizadas nas montanhas do Jura reúnam-se em torno de uma nova seção que, sugere o texto final, adote o nome de “Federação Jurassiana”. (Freymond, 1973, p. 277)

Em certa medida orientados por essa resolução, os internacionalistas jurassianos, operários relojoeiros na sua maioria, reúnem-se nos dias 15 e 16 de setembro de 1872, na pequena cidade de Saint-Imier. O encontro realizava-se sob atmosfera tensa, uma vez que no recém-celebrado Congresso de Haia, em grande medida pelo aprofundamento das críticas de Marx aos aliancistas, uma maioria artificial de delegados havia aprovado a expulsão de James Guillaume e Mikhail Bakunin da Internacional. O ocorrido parecia ainda mais grave aos jurassianos uma vez que tal medida havia sido tomada na ausência de Bakunin, sem maiores escrúpulos, em rito sumário. No plano regional, não pesava menos o fato de ter o Conselho Geral, bastante identificado com Marx, interferido na questão com Genebra. O colóquio de Haia selava então a cisão entre “autoritários” e

“anti-autoritários”, os últimos identificados principalmente com a vertente coletivista dentro da grande associação.

Estavam em Saint-Imier delegados da Federação Jurassiana, entre os quais Guillaume e Schwitzguébel; das seções da Espanha, Alerini, Fraga Pellicer, Marselau e Morago; pelos Estados Unidos, Lefrançais; pela França, Camet e Pindy, e pela Itália, Bakunin, Cafiero, Costa, Fanelli, Malatesta e Gambuzzi. Um conjunto de delegados cuja afinidade de propósitos, lastreada pelo coletivismo, permitiu chegar a conclusões de tal ordem importantes que terminariam por figurar na história do movimento operário como ato inaugural.

O Congresso de Saint-Imier inicia sua primeira seção deliberando pela rejeição das decisões de Haia, não apenas contra aquelas que haviam prejudicado diretamente Bakunin e Guillaume, mas também contra os poderes especiais conferidos ao Conselho Geral, sugerindo inclusive a sua dissolução. Na medida inversa, os delegados de Saint-Imier reafirmam a necessidade do “pacto federativo” entre as seções. Insistem na organização a partir das bases, das seções em relação às federações e das federações em relação ao Conselho Geral. Como forma de tornar patente a solidariedade e a comunhão de ideais é reiterado pelo congresso o vínculo de Bakunin e Guillaume com a Internacional, bem como de ambos com a Federação Jurassiana. (Enckel, 1991, p. 74)

Nos seus dois dias, o congresso aprovou um programa que, organizado em quatro blocos de resoluções, pode ser apresentado esquematicamente da seguinte forma:

Primeira resolução. Trata das resoluções de Haia e já foi resumida acima em suas linhas mais gerais. No seu sentido propositivo e crítico, cabe ainda destacar que, em Saint-Imier, o federalismo ganha talvez seu sentido mais radical quando:

O Congresso nega em princípio o direito legislativo de todos os congressos, tanto gerais como regionais, não lhes reconhecendo outra missão que a de representar as aspirações, desejos e idéias do proletariado das diferentes localidades e países, com a finalidade de que, na medida do possível, se consiga a sua harmonização e unificação; mas em nenhum caso a maioria de um qualquer congresso poderá impor suas resoluções à minoria; (apud *A Batalha*, 2013)

Um texto que de nenhuma forma pode ser dissociada daquela conjuntura.

Segunda resolução. A presente resolução estabelece as bases para um pacto de “amizade, solidariedade e de defesa mútua” entre as federações. Tal pacto visava defender as organizações autônomas da formação de “poderes centralizadores” estranhos “aos interesses e aspirações do proletariado de todos os países”. Tanto mais

necessário uma vez que, segundo os delegados, o “partido autoritário no Congresso de Haia, que é do comunismo alemão” projetava-se ameaçadoramente por sobre as liberdades duramente estabelecidas na Internacional.

Ainda que com a anuência parcial das bases, uma vez que as resoluções precisavam ainda do referendo das seções, os presentes aprovam que, no sentido já mencionado:

1.) As federações e seções espanholas, italianas, francesas, jurassianas, americanas e todos os que a este pacto queiram aderir, manterão entre si comunicação e correspondência regular e direta, independente de qualquer controle autoritário; 2.) Se uma destas federações ou seções for atacada na sua liberdade, seja pela maioria de um Congresso geral, seja por um Conselho Geral criado por esta maioria, as demais federações e seções proclamar-se-ão absolutamente solidárias com ela. (apud *A Batalha*, 2013)

Medidas adotadas para a “salvação desta grande união da Internacional”.

Terceira resolução. Versando sobre a natureza da “ação política do proletariado”, talvez seja esta a mais objetivamente “bakuninista” das resoluções de Saint-Imier. Nos seus “considerandos” aparecem já as críticas fundamentais contra o “poder político uniforme” e seu conteúdo reacionário. Contra o dogmatismo da imposição de uma única linha política que venha subordinar as aspirações do proletariado privando-o das organizações e “federações econômicas absolutamente livres, fundadas no trabalho e na igualdade de todos e absolutamente independente de qualquer governo político”. Sendo ainda essas “o resultado da ação espontânea do proletariado, das organizações de ofício e dos municípios autônomos”.

Sem maiores considerações a resolução caracteriza as “organizações políticas” como formas de domínio de “uma classe em detrimento das massas”. E resume em três pontos os seus propósitos:

1.) Que a destruição de todo o poder político é o primeiro dever do proletariado; 2.) Que toda a organização de um poder político denominado provisório e revolucionário para conduzir a essa destruição não pode ser mais que um engano, e seria tão perigoso para o proletariado como todos os governos atualmente existentes; 3.) Que repudiando todo e qualquer compromisso para alcançar a realização a revolução social, os proletários de todos os países devem estabelecer, fora de toda a política burguesa, a solidariedade na ação revolucionária. (apud *A Batalha*, 2013)

Quarta resolução. Diz respeito à resistência do trabalho e as estatísticas. Sobre o primeiro aspecto, entendem os delegados que “o trabalho, se não for livremente organizado, torna-se opressivo e improdutivo para o trabalhador”, sendo assim a sua

organização condição indispensável para a emancipação do operário. Consoante a isso, é fundamental o controle por parte dos produtores das “matérias-primas e do capital-social” sem a ascendência de governos, da burocracia e do Estado. Para tal, recomenda-se a organização dos trabalhadores para a melhoria das suas condições, ainda que estas, muitas vezes, sejam novamente assimiladas pelas “classes privilegiadas”. Nessa mesma linha de raciocínio os delegados entendem as vantagens das organizações de classe, sua utilidade na “confraternização progressiva do proletariado, na sua comunidade de interesses, na participação da vida coletiva, preparando-o para a luta suprema”.

Articulando as dimensões do econômico e do social, na superação do “político”:

Além disso, é a organização livre e espontânea do trabalho que deve substituir o organismo privilegiado e autoritário do Estado político, e será, uma vez estabelecida, a garantia permanente da manutenção do organismo econômico contra o organismo político; Conseqüentemente, deixando à prática da revolução social os pormenores da organização positiva, pretendemos organizar e consolidar a resistência em grande escala. A greve é para todos nós um precioso meio de luta, porém não temos ilusão quanto aos seus resultados econômicos. Aceitamo-la como produto do antagonismo entre trabalho e capital, tendo necessariamente como conseqüência tornar cada vez mais conscientes os operários quanto ao abismo existente entre a burguesia e o proletariado, fortificar a organização dos trabalhadores e preparar o proletariado, através de simples lutas econômicas, para a grande luta revolucionária e definitiva que, destruindo todos os privilégios e distinções de classe, dará ao operário o direito a desfrutar do produto integral do seu trabalho, e assim dos meios para desenvolver na coletividade toda a sua força intelectual, material e moral. (apud *A Batalha*, 2013)

Ainda dentro da resolução a comissão sugere a formação de outra comissão para encaminhar a “organização universal da resistência”, como ainda para elaborar um quadro estatístico do trabalho.

O Congresso de Saint-Imier, pelo exposto, inaugura a Internacional Antiautoritária, que realizará ainda outros congressos. Depois de 1872, com a adesão de um número maior de seções, realizar-se-á o VI Congresso em Genebra, em setembro de 1873; o VII Congresso em Bruxelas, em setembro de 1874; o VIII Congresso em Berna, em outubro de 1876; o IX Congresso em Vervier, em setembro de 1877; um congresso também ocorre, em Londres, no mês de julho de 1881.

Referências bibliográficas

COLE, G. D. H. *Historia del Pensamiento Socialista, vol. II. Marxismo y Anarquismo 1850-1890*. México: Fondo de Cultura Económica, 1980.

DOLLÉANS, Édouard. *Historia del Movimiento Obrero: 1830-1871*. Buenos Aires: Editorial Universitaria de Buenos Aires, 1960.

DROZ, Jacques (org.). *História Geral do Socialismo*, vol. III. Lisboa: Horizonte, 1977.

ENCKELL, Marianne. *La Fédération Jurassienne: les origines de l'anarchisme em Suisse*. Saint-Imier: Entremonde, 1991.

FREYMOND, Jacques. *La Primera Internacional*, vol. I. Madrid: Edita Zero, 1973.

GUILLAUME, James. *La Internacional de los Trabajadores (desde su fundación hasta el Congreso de Basilea)*. Havana: El Libro, 1946.

_____. *L'Internationale: documents et souvenirs*. Paris: Gérard Lebovici, 1985.

LORENZO, Anselmo *El Proletariado Militante: memórias de um internacional*. Toulouse: CNT en Francia, 1947.

MAITRON, Jean. *Le Mouvement Anarchiste en France: des origines à 1914*, vol. I. Paris: Gallimard, 1992.

MARX, Karl. "Marx to Engels in Manchester", 16/09/1868. In: MIA, 1868. [http://www.marxists.org/archive/marx/works/1868/letters/68_09_16.htm]

_____. *Miséria da Filosofia*. São Paulo: Ícone, 2004.

MIKLÓS, Molnár. *El Declive de la Primera Internacional*. Madrid: Edicusa, 1974.

PAZ, Abel. *Los Internacionales en la Región Española, 1868-1872*. Barcelona: EA, 1992.

GARCÍA, Victor. *La Internacional Obrera*. Madrid: Jucar, 1977.

Jornal e revista:

A Batalha, 254. Lisboa, 2013.

Itinéraire, 10. Paris: Imp. Du Sommet, 1993.